

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL N° 036**

Período: de 08/06/02 a 14/06/02

Franca – Brasil

- 1 - Exército tem planos para operações armadas no Rio de Janeiro desde 1988, mas Ministro da Defesa descarta uso de Forças Armadas no combate à violência
- 2 - Política de Defesa Nacional será atualizada até o final do ano, diz Fernando Henrique Cardoso
- 3 - Miguel Reale Jr. defende medidas sociais e repressivas contra o crime e diz que o tráfico está agindo como “Estado”
- 4 - Militares reclamam de suspensão de verbas
- 5 - Julgamento do caso de Eldorado de Carajás termina em clima de impunidade
- 6 - Brasil vai receber ajuda de Portugal no combate ao tráfico de drogas
- 7 - Rádio Verde Oliva é inaugurada oficialmente, e Forças Armadas podem ganhar canal de TV
- 8 - Médico legista que colaborou com a ditadura militar pode ser cassado
- 9 - Câmara decide fiscalizar compra dos novos caças e governo deve sabatinar empresas concorrentes

Exército tem planos para operações armadas no Rio de Janeiro desde 1988, mas Ministro da Defesa descarta uso de Forças Armadas no combate à violência

O Exército mantém planos para realizar operações armadas de grande porte nos morros do Rio de Janeiro há 14 anos. O primeiro destes cenários resultou na operação Mosaico (OMOs), executada por policiais estaduais e federais visando prender o mais procurado traficante da época, Antônio José Nicolau, o Toninho Turco. O traficante foi morto na ação. Às Forças Armadas coube o papel de treinar os policiais. A atual iniciativa da força-tarefa contra o crime no Rio, proposta em maio pelo ministro da Justiça Miguel Reale Jr., contempla novamente a integração das Polícias Civil e Militar do Estado, a Polícia Federal e as Forças Armadas. De início, a governadora Benedita da Silva rejeitou a medida, mas logo em seguida, solicitou o apoio do presidente Fernando Henrique Cardoso. O Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, elogiou a idéia, mas ressaltou que para aplicá-la é preciso antes conversar com os interessados e que ninguém falou sobre isto com o governo, embora tenha negado, mais uma vez, a possibilidade de atuação das Forças Armadas para combater o crime nas ruas, inspecionar os morros do Rio de Janeiro ou fazer revista em embarcações, sob a alegação de que eles não têm “poder de polícia”. No documento entregue à Benedita da Silva, governadora do estado do Rio de Janeiro, Geraldo Quintão informa que qualquer tipo de ajuda está condicionado ao repasse de recursos do estado do Rio de Janeiro às Forças Armadas. O Ministro informou, ainda, que as Forças Armadas poderão auxiliar o estado no combate à violência apenas em atividades específicas. Entre elas está o apoio proporcionando inteligência, logística e comunicações às Polícias Federal, Civil e Militar do estado do Rio de Janeiro. (O Estado de S.Paulo - Agência Estado -10/06/02)

### Política de Defesa Nacional será atualizada até o final do ano, diz Fernando Henrique Cardoso

Até o fim do ano, o Ministro da Defesa Geraldo Quintão irá apresentar ao presidente Fernando Henrique Cardoso a atualização da Política de Defesa Nacional. A informação foi dada pelo próprio presidente em seu programa “Palavra do Presidente”. Segundo ele, a nova Política de Defesa Nacional está sendo definida a partir de debates com civis e militares e conta com a colaboração de especialistas em Estratégia e Defesa de universidades, congressos, imprensa e outros segmentos da sociedade. O presidente parabenizou a criação do Ministério da Defesa dizendo que é um ministério que reflete a imagem do Brasil, um país que não cultiva inimigos e é aberto a todas as nações. Ressaltou que a escolha de um modelo para o Ministério partiu de um debate envolvendo o Congresso e as Forças Armadas e que o fato de seu titular ser um civil com o apoio das Forças Armadas é prova de escolha democrática. (O Estado de S. Paulo - Agencia Estado - 11/06/02)

### Miguel Reale Jr. defende medidas sociais e repressivas contra o crime e diz que o tráfico está agindo como “Estado”

O ministro da justiça Miguel Reale Jr., disse nesta terça-feira em Salvador que o crime organizado somente será resolvido no Brasil com a adoção de medidas de ordem social, preventiva e repressiva. Disse também que o Estado perdeu o controle da violência do narcotráfico e os traficantes do Rio de Janeiro promoveram uma “verdadeira ação de Estado” quando prenderam, julgaram e executaram o jornalista da TV Globo, Tim Lopes.”O tráfico de drogas e a delinqüência ocuparam o espaço deixado pelo Estado e se instituíram como poder paralelo”, disse o ministro. O ministro visitou também, acompanhado do Ministro Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, General Alberto Cardoso, a região do jardim Ângela, um dos principais focos de violência da capital paulista. (Folha de S. Paulo – Brasil -11/06/02; O Estado de S.Paulo-Agência Estado - 10/06/02)

### Militares reclamam de suspensão de verbas

No mesmo dia em que a Comissão de Educação da Câmara aprovou o projeto de concessão de um canal de TV a cabo para o Ministério da Defesa, o presidente Fernando Henrique Cardoso ouviu, em cerimônia da Ordem do Mérito Naval, uma ameaça indireta da Marinha do potencial despreparo e defasagem do país com a suspensão temporária de R\$ 937 milhões em verbas das Forças Armadas. O comandante da Marinha Sérgio Chagasteles lembrou, durante a cerimônia de comemoração do 137º aniversário da Batalha do Riachuelo, das dificuldades provocadas pela redução do orçamento. A crítica foi incluída no final da Ordem do Dia da Marinha (mensagem do comando lido em datas comemorativas a todo o efetivo). Houve, no entanto, uma ressalva do Comandante, ao declarar que como patriotas, devem entender que a realidade nacional exige medidas econômicas severas. O Ministério da Defesa foi o mais afetado pelos cortes provocados pela demora na aprovação da prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira). Dos R\$ 6,8 bilhões previstos para atividades das Forças, R\$ 937 milhões foram retidos. O corte na Marinha será de R\$ 312,2 milhões. Sem verba, o comando tomou uma série de medidas de redução de gastos: um dia na semana não há expediente; foi suspenso o auxílio-transporte e houve corte na assistência pré-escolar. A

Marinha estuda ainda não incorporar cinco mil recrutas no segundo semestre, reduzir o número de embarcações reformadas e suspender a visitação a navios. (Folha de S. Paulo – Brasil -11/06/02; O Globo - O país - 12/06/02; O Globo - Plantão-12/06/02)

#### Julgamento do caso de Eldorado de Carajás termina em clima de impunidade

O júri popular que participou do julgamento do caso de Eldorado de Carajás absolveu em bloco os 124 policiais militares acusado de participar da operação de desocupação de uma rodovia no Estado do Pará em 1996, quando foram mortos 19 sem-terra. A quinta sessão de júri começou na terça-feira, sob a suspeita lançada pela assistência de acusação de que haveria um acordo entre promotoria e defesa para absolver todos os policiais militares. Em menos de três minutos, cada PM foi ouvido. Todos apresentaram a mesma versão, de que não atiraram ou que atiraram para cima. Na quarta-feira houve uma reunião entre os jurados para julgar os acusados. No fim da tarde foi anunciada a decisão pela absolvição em massa. Os primeiros envolvidos no massacre a sentar no banco dos réus foram os três oficiais que comandaram a operação. O coronel Mário Pantoja, comandante do Batalhão da Polícia Militar em Marabá na época do episódio (17 de abril de 1996), o major José Maria Oliveira e o capitão José Almendra Lameira. Pantoja foi considerado culpado pelas mortes de 19 trabalhadores rurais sem-terra e condenado a 228 anos de prisão, mas pode apelar da sentença em liberdade. O capitão Almendra foi absolvido por 4 votos a 3. Em 21 de maio, do major da Polícia Militar (PM) José Maria Oliveira foi condenado a 158 anos de prisão; por possuir bons antecedentes, Oliveira também ganhou o direito de recorrer da sentença em liberdade. No dia 4 de junho foram julgados os tenentes e os sargentos envolvidos no massacre. Acusados de co-autoria dos crimes, foram absolvidos por maioria de votos. Seis anos depois do massacre de 19 trabalhadores sem-terra, ninguém está preso. Num documento intitulado “Brasil – Eldorado dos Carajás – Esperanças Traídas” divulgado ontem (13), a Anistia Internacional (AI) condenou a absolvição dos policiais militares, sustentando que o julgamento acabou expondo profundas falhas no sistema judiciário do Pará e a falta de vontade política do governo do Estado para combater a impunidade. A entidade cobrou do governo federal a criação de um tribunal independente para investigar e julgar crimes do gênero. A Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), do Ministério da Justiça, condenou ontem a condução dos julgamentos dos acusados do massacre de Eldorado do Carajás (PA). Em nota oficial, a SEDH disse que “causa profunda preocupação e perplexidade” o fato de os julgamentos estarem transcorrendo “de forma a merecer protestos e dúvidas quanto à normalidade da observância dos princípios do devido processo legal.” Todavia, o secretário Nacional de Direitos Humanos contestou o documento da Anistia, afirmando que “a Anistia conhece bem o Estado federativo do Brasil. O Poder Judiciário de cada estado é soberano para julgar. Por isso, o governo propôs ao Congresso que seja de competência federal julgar os graves crimes contra os direitos humanos. A Anistia Internacional deveria consultar melhor a Constituição brasileira”. A absolvição pode causar transtornos ao Brasil, que corre o risco de ser condenado a pagar uma alta indenização imposta pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos (CIDH) da Organização dos Estados Americanos (OEA). Paulo Sérgio Pinheiro ressaltou que o governo do Pará terá de assumir também uma parte do ônus, dividindo com o governo

federal parte do prejuízo financeiro. Para evitar que a política brasileira dos Direitos Humanos caia no descrédito e que o País não seja condenado no tribunal da OEA, o governo pretende apressar no Congresso a lei que federaliza os crimes contra os direitos humanos, que já tramita há pelo menos quatro anos na Casa. (O Globo – O País – 13/06/02; O Globo – O País – 14/06/02; Jornal do Brasil – Brasil – 14/06/02; O Estado de S.Paulo – Nacional – 14/06/02)

#### Brasil vai receber ajuda de Portugal no combate ao tráfico de drogas

O governo brasileiro receberá por ano cerca de 125 mil euros de Portugal para instalar o Observatório de Informações sobre Drogas (Obid), que oferecerá, via Internet, informações sobre o tráfico no país. O acordo foi assinado ontem (12) pelo secretário nacional Antidrogas, Paulo Roberto Uchôa, e o ministro da Saúde português, Luis Felipe Pereira. O objetivo do acordo é tentar diminuir, com informações à população, o consumo de psicotrópicos no Brasil. Os recursos, equivalentes a R\$ 260 mil, serão repassados durante três anos pelo governo português às autoridades brasileiras. O Obid funcionará como um portal processando todas as informações que chegarem à Secretaria Nacional Antidrogas (Senad), para depois torná-las disponíveis para a sociedade, segundo o acordo. O convênio, assinado também pela presidente do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT), Elza Pires, e pelo ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, general Alberto Cardoso, servirá como uma central de informações sobre o setor. (O Estado de S.Paulo – Cidades – 13/06/02)

#### Rádio Verde Oliva é inaugurada oficialmente, e Forças Armadas podem ganhar canal de TV

A transmissão radiofônica do Distrito Federal (DF) tem ganhado novas emissoras, de caráter institucional, mas cuja programação privilegia música e informação. Seguindo esta linha, a rádio Verde Oliva, inaugurada oficialmente ontem (12) pelo Ministro da Defesa, Geraldo Quintão, vinculada à Fundação Cultural Exército Brasileiro (Funcex), completa quase dois meses no ar, com uma programação de predomínio musical. Durante a programação, pequenos boletins dão informações sobre saúde, concursos públicos, educação, ciência e tecnologia, e aos 45 minutos de cada hora é divulgado informativo curto com notícias do dia. Além destes dois aspectos, a programação também vai focar questões referentes às Forças Armadas. Criada com objetivo de “aumentar a consciência cívica nacional”, a rádio será também um instrumento para apresentar a versão dos militares para notícias que não estejam de acordo com o entendimento da categoria. A rádio, de caráter educativo, funcionará a custo zero, de acordo com o Exército, já que contará com o apoio de diversas instituições privadas, como a Fundação Cultural e a Pouplex, caderneta de poupança vinculada ao Banco do Brasil. Diariamente, às oito horas, vai ao ar o Pavilhão Nacional, quando será executado o Hino Nacional. Notícias da Marinha e da Aeronáutica também terão espaço na programação. Outras rádios institucionais operam no Distrito Federal, como a Rádio Nacional, a Rádio Câmara e a Rádio Senado. A Comissão de Educação do Senado aprovou nesta terça-feira o projeto de lei que dá às Forças Armadas o direito de ter um canal próprio de televisão a cabo. A nova emissora ficaria sob a responsabilidade do Ministério da Defesa e seria encarregada de divulgar as

atividades dos Comandos do Exército, Marinha e Aeronáutica. A Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA) tem divulgado, pela Internet, um manifesto contra o projeto, classificando a iniciativa de “predatória”. Além disso, afirma temer que posteriormente sejam criados canais para a Marinha e a Aeronáutica. (Correio Braziliense- Brasil- 11/06/02; O Globo - O país-12/06/02; Correio Braziliense – Cidades – 13/06/02)

#### Médico legista que colaborou com a ditadura militar pode ser cassado

O Conselho Federal de Medicina (CFM) julgou, na última quarta-feira em Brasília, o médico João Guilherme Figueiredo. Ele é acusado em um processo ético por ter colaborado com a ditadura militar e por ter lavrado o laudo de necropsia do corpo de Roberto Cieto, militante do Movimento Armado Revolucionário (MAR), no qual, além de omitir sinais evidentes de tortura, informou que a causa da morte foi suicídio. Roberto Cieto, assassinado em 1969, foi submetido à tortura logo após o seqüestro do embaixador dos EUA no Brasil, Charles Burke Elbrick. Considerado culpado por crime de omissão no Conselho Regional de Medicina do Rio (Cremerj), em agosto de 2000, quando perdeu o direito de praticar Medicina no Estado, o legista João Figueiredo poderá ter seu registro cassado em todo o país se o CFM concordar com o voto do Cremerj. (Jornal do Brasil- Brasil- 12/06/02)

#### Câmara decide fiscalizar compra dos novos caças e governo deve sabatinar empresas concorrentes

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados aprovou ontem (12) duas medidas para fiscalizar a concorrência internacional para a compra dos novos caças da Força Aérea Brasileira (FAB), com a criação de uma subcomissão que vai acompanhar o processo. Na reunião de ontem também foi aprovado o requerimento do deputado Antônio Feijão (PSDB-AP) ao Ministério da Defesa pedindo informações detalhadas sobre as normas da concorrência. Deputados governistas tentaram evitar a aprovação do requerimento sob o argumento de que o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos de Almeida Baptista, em reunião fechada com integrantes da comissão, já havia prestado todas as informações sobre a licitação. O argumento não foi aceito. O pedido de informações será encaminhado à Mesa da Câmara e depois ao Ministério da Defesa, que tem prazo de 30 dias para respondê-lo. O anúncio da conclusão do relatório da comissão de licitação de compra de caças para a Força Aérea Brasileira (FAB), que era esperado para os próximos dias, vai ser adiado. Em meio a *lobbies* de empresas estrangeiras, o governo brasileiro decidiu pedir mais detalhes sobre as propostas apresentadas pelos consórcios que disputam um negócio, orçado em US\$ 700 milhões. Especialistas estrangeiros dos consórcios serão sabatinados na próxima semana pela Aeronáutica. A preocupação com garantias de investimento no país e transferência de tecnologia fez o Comando da Aeronáutica marcar reuniões individuais que começam a partir do dia 19, quando a comissão técnica da FAB vai pedir mais explicações sobre as propostas de compensação comercial (offset) apresentadas pelos participantes da maior concorrência da América Latina para compra de aviões caça. O primeiro a prestar esclarecimentos à FAB será o consórcio russo Rosoboronexport, que representa o caça Sukhoi 35. A proposta russa inclui a construção de um centro técnico em parceria com a empresa brasileira Avibras,

promessa de apoio ao programa espacial brasileiro e a abertura do mercado consumidor russo a qualquer produto brasileiro. A Aeronáutica reservou dois dias de reunião para cada um dos cinco participantes da licitação: Rosoboronexport, Gripen (sueco e inglês), Dassault (francês), Mapo/Mikoyan (russo) e Lockheed Martin (americano). Oficialmente, nenhum dos participantes critica a decisão do governo brasileiro de reabrir o processo de discussão das propostas. Mas a nova convocação provocou mal-estar entre algumas das empresas que disputam a licitação. Nos últimos dias, a profusão de contra-informações com declarações imprecisas e trocas de acusações entre os concorrentes tem contrariado os militares. No relatório da FAB, Gripen e Mig 29 estão praticamente descartados e o Sukhoi-35 leva vantagem. O deputado da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, Jair Bolsonaro (PPB-RJ) afirmou temer que a opinião técnica da Força Aérea Brasileira (FAB) seja menosprezada. (O Estado de S. Paulo-Nacional –11/06/02; O Estado de São Paulo - Agência Estado-12/06/02; Folha de S.Paulo – Brasil -12/06/02; O Estado de S.Paulo - Agência Estado-12/06/02; O Globo – O país – 13/06/02; O Estado de S.Paulo – Nacional - 13/06/02; Folha de São Paulo – Brasil – 13/02/02; O Globo – O país – 14/06/02)

Sites de Referência:

Correio Braziliense: [www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br)

Folha de São Paulo: [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil: [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo: [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

O Globo: [www.oglobo.com.br](http://www.oglobo.com.br)

**Informe Brasil** é uma produção do Grupo de Estudos da Defesa e Segurança (GEDES) do CELA (Centro de Estudos Latino-Americanos) da Universidade Estadual Paulista/Campus de Franca, redigido por Érica Cristina Winand, bolsista CNPq/Pibiq e coordenado por Luciene Capellari, bolsista CAPES. As notícias e seu conteúdo são de responsabilidade dos jornais e não correspondem necessariamente ao pensamento do grupo.